



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental**

**Processo** nº 1370.01.0020667/2021-11

Governador Valadares, 23 de abril de 2021.

**Procedência: Despacho nº 104/2021/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA**

**Destinatário(s): GESIANE LIMA E SILVA**

**Assunto:** Papeleta de Arquivamento Geraldo Abelha Frigorífico

**DESPACHO**

<b>Número de ordem: 104</b>		<b>Data: 23/04/2021</b>	
<b>Processo Administrativo SLA: 4386/2020</b>		<b>Município: Sabinópolis/MG</b>	
<b>Empreendedor:</b> GERALDO ABELHA FRIGORÍFICO LTDA.		<b>CPF/CNPJ:</b> 11.137.067/0001-99	
<b>Empreendimento:</b> GERALDO ABELHA FRIGORÍFICO LTDA.		<b>CPF/CNPJ:</b> 11.137.067/0001-99	
<b>Assunto:</b> Arquivamento do processo administrativo de Licença de Operação Corretiva - LAC2 (LOC)			
<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>			<b>MASP</b>
Patrícia Batista de Oliveira – Gestora Ambiental			1.364.196-4
Josiany Gabriela de Brito - Gestora Ambiental			1.107.915-9
Maiume Rughania Sá Soares – Gestora Ambiental			1.366.188-9
Mary Aparecida Alves Almeida - Gestora Ambiental			806.457-08

Urialisson Matos Queiroz - Gestor Ambiental	1.366.773-8
De acordo: Vinicius Valadares Moura - Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.365.375-3
De acordo: Elias Nascimento de Aquino Iasbik – Diretor Regional de Controle Processual	1.267.876-9

À Superintendente Regional da SUPRAM/LM,

Servimos da presente Papeleta de Despacho para reportar-lhe as circunstâncias de fato acerca do Processo Administrativo em comento para ao final sugerir:

### **DO HISTÓRICO:**

O empreendimento GERALDO ABELHA FRIGORÍFICO LTDA.(CNPJ nº. 11.137.067/0001-99) *formalizou* perante Órgão Ambiental, no Sistema Eletrônico de Licenciamento Ambiental – SLA (Ecossistemas), *em 13/10/2020, o Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva SLA nº 4386/2020 para as atividades de “Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc)” e “Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc)” conforme 217/2017. Os parâmetros informados pelo empreendedor enquadram o empreendimento em classe 4, porte P, com incidência no critério locacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Peso 01).*

O empreendimento se localiza na zona rural do município de Sabinópolis no Estado de Minas Gerais, cujas coordenadas geográficas são latitude 18°41’01” longitude 43°05’26”.

O órgão ambiental realizou vistoria no empreendimento em 10/12/2020 (Auto de Fiscalização SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 29/2020) .

Durante a vistoria, constatou-se que o empreendimento estava com suas atividades paralisadas, para dar continuidade às atividades do empreendimento, o empreendedor solicitou ao órgão ambiental a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), através do Processo SEI nº 1370.01.0026838/2020-43 e em 29/12/2020 o documento foi assinado eletronicamente pelo SEI.

Foram solicitadas informações complementares por meio do SLA em 06/04/2021.

Em ato subsequente, o empreendedor solicitou, via SEI (Doc.28321441) na data de 20/04/2021 (Processo SEI nº1370.01.0020667/2021-11), por intermédio de seu procurador, Sr. Rafael Aguiar Nunes (Consultor Ambiental, CPF nº 072.040.926-86), o arquivamento/cancelamento deste Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva – LOC – LAC 2 nº 4386/2020.

De fato, *“o interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado, ou, ainda, renunciar a direito, em manifestação escrita”* (Art. 49 da Lei Estadual n ° 14.184/2002).

Cabe ressaltar que a Instrução de Serviço SISEMA nº 05/2017 estabelece, dentre outros, procedimentos gerais para a operacionalização do arquivamento de processos de regularização ambiental, notadamente quando constatada a ocorrência de uma das hipóteses de arquivamento, sem análise do mérito, previstas na referida Instrução de Serviço, quais sejam: desistência do processo de regularização ambiental, resistência injustificada ao atendimento de informações complementares solicitadas pelo órgão ambiental ou não pagamento de custos de análise.

E a *“Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando*

o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002).

Não se olvida, também, das regras previstas no Art. 33, inciso I e parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a citar:

Art. 33 – O processo de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental será arquivado:

I – a requerimento do empreendedor;

(...)

Parágrafo único – o arquivamento dos processos de licenciamento ambiental ou de autorização para intervenção ambiental deverá ser realizado pela unidade competente por sua análise.

Por conseguinte, o arquivamento deste Processo Administrativo de Licença de Operação Corretiva – LOC – LAC 2 é medida que se impõe, salvo juízo diverso, visto que o empreendedor manifestou, expressa e formalmente nos autos, a sua desistência quanto ao prosseguimento deste processo de regularização ambiental do empreendimento.

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de **arquivamento** do Processo Administrativo SLA nº 4386/2020, formalizado pelo empreendedor/empreendimento GERALDO ABELHA FRIGORÍFICO LTDA. (CNPJ nº. 11.137.067/0001-99) na data de 13/10/2020, para as atividades descritas como: “*Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc)*” e “*Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc)*” conforme 217/2017, em empreendimento Córrego da Penitência, s/n, na zona rural do município de Sabinópolis - MG, **a pedido do empreendedor** (desistência do processo de regularização ambiental).

Consigna-se que, nos termos do Art. 34 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, uma vez arquivado por decisão definitiva, o processo de licenciamento ambiental não será desarquivado, salvo em caso de autotutela, assegurado o direito do empreendedor formalizar novo processo, desde que comprovada a inexistência de débito de natureza ambiental e que também não implique reaproveitamento dos custos referentes aos processos ora arquivados.

Registra-se que os emolumentos respectivos à formalização do referido P.A foram integralmente quitados no ato da formalização, conforme se verifica nos autos do processo no Sistema Eletrônico de Licenciamento Ambiental – SLA (Ecossistemas).

Recomenda-se, por necessário, sejam os dados dos Processos Administrativos em referência encaminhados à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISC-LM) para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017.

Depois da decisão de Vossa Senhoria será promovido o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional da SUPRAM/LM para adoção das medidas cabíveis.

É a nossa manifestação opinativa, *sub censura*.

À deliberação final da autoridade decisória competente.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Batista de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2021, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nascimento de Aquino Iasbik, Diretor(a)**, em 23/04/2021, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josiany Gabriela de Brito, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 23/04/2021, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Urialisson Matos Queiroz, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2021, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mary Aparecida Alves de Almeida, Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maiume Rughanian Sa Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 26/04/2021, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **28495570** e o código CRC **49664E4C**.